



Submissão de trabalho ao XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

A predominância dos Programas estatais de livros didáticos na América Latina e o protagonismo dos editores espanhóis na região, no início do séc. XXI¹

Célia Cristina de Figueiredo Cassiano²
Doutoranda em Educação
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP

Resumo

O texto objetiva delinear, sinteticamente, o impacto do Programa Nacional de Livro Didático - PNLD no mercado editorial brasileiro, na última década do séc. XX e início do séc. XXI, assim como se apresenta que esta opção de política pública educacional, que privilegia o investimento em manuais escolares, extrapola a questão nacional, na medida em que vários países da América Latina e do Caribe também adotam Programas similares, que em sua grande maioria têm financiamento internacional, do Banco Mundial e do BID. Além disso, é apresentado que esta região conta com a forte presença das editoras espanholas, que dominam a região. Este cenário configura um espaço ibero-americano do livro, em que instâncias desigualmente posicionadas se relacionam, sendo que o protagonismo exercido pelos espanhóis é uma questão posta para todos os países da região.

Palavras-chave

Mercado editorial; Políticas públicas; Livro didático; Editoras espanholas

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Produção Editorial

² A autora possui Mestrado em História da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP (2003), especialização em Teoria e Técnicas da Comunicação, pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero (1998) e graduação em Língua e Literatura Portuguesa, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. Tem experiência na área de Educação. Atuando principalmente nos seguintes temas: Mercado editorial brasileiro, Livro didático, Políticas Públicas e História da Educação./ e-mail; f.cassiano@uol.com.br



A predominância dos Programas estatais de livros didáticos na América Latina e o protagonismo dos editores espanhóis na região, no início do séc. XXI

Segundo dados da Câmara Brasileira do Livro - CBL, em 2003, 54% dos livros vendidos no Brasil foram didáticos, 17% técnicos e profissionais, 8% religiosos e 21% obras gerais. No país, portanto, o segmento dos didáticos é o mais rentável do setor, apesar de não contar com prestígio proporcional, tendo a maior concentração do mercado editorial brasileiro, com o menor número de editoras.

O expressivo volume de livros didáticos que circula no Brasil, no séc XXI, é resultante de uma política pública adotada pelo Ministério da Educação, que na última década (1996-2006) tem feito considerável e regular investimento na aquisição dos manuais por meio de Programas específicos, o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD e o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio - PNLEM, em que são comprados de forma centralizada, livros para o uso dos alunos da rede pública dos ensinos fundamental e médio do país.

Esse panorama aloca o governo brasileiro, comprovadamente, desde 1996, como o maior comprador de livros do país, visto que os alunos dos dois níveis de ensino atendidos, de forma universal e gratuita, pelo Estado, representam 90% de toda a educação básica do Brasil, que tem números expressivos, como pode ser visto no quadro 1³.

Quadro 1
MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO BRASIL – 2005

NÍVEL DE ENSINO	TOTAL DE MATRÍCULAS	REDE PÚBLICA	REDE PARTICULAR
Educação Infantil	7.205.013		
Ensino Fundamental	33.534.561	30.157.792	3.376.769
Ensino Médio	9.031.302	7.933.713	1.097.589
Jovens e Adultos	5.615.409		
Educação Profissional	707.263		
Total	56.471.622		

Fonte: (MEC/INEP, 2006)

³ A lei 9394/96 amplia a educação básica brasileira, sendo assim, além do ensino fundamental, a partir de 1996, a Educação Infantil (0 a 6 anos) e o Ensino Médio (as três séries após o ensino fundamental) passam também a ser obrigação do Estado.



Estes números nos fazem entender, com mais clareza, o gigantismo do investimento estatal nos Programas de livros Didáticos, a partir de 1996.

Lembremos que, salvo raras exceções, praticamente todos os alunos matriculados no ensino fundamental da educação básica, tanto pública quanto privada, usam o livro didático, e isto justifica o impressionante volume desse produto que circula anualmente no país.

Pensemos que é próprio da forma escolar, voltada para o ensino de massas, o espaço e tempo serem organizados de modo a atender todo o alunado ao mesmo tempo (simultaneidade e universalidade), sendo que ao mudar de série, o aluno muda de livro (gradualidade). Retomemos, ainda, que de modo geral, para cada disciplina escolar temos um livro didático correspondente.

Por isso, nenhum segmento no setor do livro tem um universo tão grande de leitores certos e regulares, como é o caso dos didáticos, e isto se dá por ele estar vinculado muito mais à Educação, do que à Cultura, como é o caso dos demais livros, se é que podemos fazer esta distinção tão sistemática entre Educação e Cultura. Mas, via de regra, convém salientar que muito do que se aplica ao ramo dos didáticos, não se aplica aos demais livros.

Normalmente, os estudos brasileiros sobre o *mercado editorial* abrangem todos os segmentos, sendo que os livros didáticos constituem uma categoria neste universo, e mesmo assim, a perspectiva contemplada geralmente se dá no âmbito quantitativo. No Brasil, os estudos mais significativos que encontramos, referentes à década de 1990 e início do séc. XXI, não são acadêmicos, mas procedem de estudos setoriais ou encomendados pelo BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento (Saab, 1999; Gorini e Branco, 2000; Earp e Kornis, 2005), sendo que também temos os recorrentes estudos estatísticos da CBL - Câmara Brasileira do Livro.

Assim, partindo desses estudos, veremos no quadro 2 que o número de exemplares vendidos no Brasil, dos livros em geral, alocam o país num respeitável sétimo lugar, considerando o mercado mundial.

Quadro 2**Maiores vendedores de livros por quantidade de exemplares 2002**

País	Exemplares (milhões)	%
China	7.103	49
Estados Unidos	2.551	18
Japão	1.403	10
Rússia	494	3
Alemanha	479	3
França	413	3
Brasil	345	2
Reino Unido	324	2
Itália	265	2
Espanha	235	2

Fonte: Earp & Kornis, (2005)

Apesar da inserção privilegiada do Brasil, no panorama mundial, em relação à vendagem de livros, Earp e Kornis⁴ (2005) apresentam um estudo encomendado pelo BNDES acerca da cadeia produtiva de livros no Brasil, em que trazem indicadores de que há uma profunda crise que afeta a venda de livros no país.

Engrossando esta conclusão, Castañeda (2005) aponta que há uma difícil situação do livro de modo geral, nos países da América latina, enumerando uma série de efeitos conseqüentes desse quadro: o fechamento de livrarias, a redução de produção editorial, a pirataria e fotocópias ilegais, os baixos índices de leitura, a carência de infraestrutura bibliotecária assim como a expansão dos investimentos estrangeiros.

Porém, como já se disse, temos que considerar que esses estudos se aplicam ao segmento dos livros em geral, porque quando analisamos os indicadores referentes aos livros didáticos, observamos que esta crise não se aplica, e requer uma análise à parte, devido às suas especificidades de ser recurso obrigatório da Educação formal.

A afirmativa sobre a saúde financeira no setor dos didáticos pode ser constatada à luz do que foi manifestado pelos diretores dos maiores grupos editoriais que se encontram estabelecidas no mercado editorial ibero-americano, que são os espanhóis (Anaya/Vivendi; Hachette/Salvat; Planeta; Santillana, Random House-Mondadori), por

⁴ Professores do Grupo de Pesquisa em Economia do Entretenimento do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ



ocasião de uma reunião feita em 13/12/2006, na Escola de Negócios ESADE, na Espanha, com o objetivo de diagnosticar as perspectivas do setor editorial nos principais países do ocidente, dada a recessão e concentração observadas. (Nadal e Jordi, 2006)

Entre muitas temáticas discutidas, José Manuel Gómez, da Anaya, admitiu uma crise no setor, mas salientou que essa *crise não afetava o setor da educação*, o que foi opinião unânime dos participantes.

Esta conclusão vai ao encontro do que afirmamos, até aqui, acerca de que o ramo dos didáticos tem especificidades que o diferenciam dos demais.

O vínculo entre Estado e o mercado editorial existe em todos os países do mundo, devido à instância cultural do livro em geral, aliada a sua relevância econômica. No caso dos didáticos, esse vínculo é estreitado pelo papel privilegiado destes na escola.

Choppin (1998) observa que, na maioria dos países do mundo, a regulamentação que se aplica a esse produto difere da aplicada aos demais. Geralmente ela é mais restrita, tanto para a produção, quanto para a seleção e uso desses livros. De acordo com o autor, nenhum governo do mundo se desvincula da produção dos livros didáticos, porém, a intervenção e o grau dessa implicação variam consideravelmente de um país para outro.

No caso brasileiro, as políticas públicas adotadas dão ao país uma particular inserção no contexto internacional. Amorim (2006), ao caracterizar o Brasil em relação aos Programas de livros escolares no mundo, no início do séc XXI, aponta que o país é o terceiro em compras institucionais (os primeiros são China e Estados Unidos), e apresenta o PNLD como o maior Programa de distribuição de livros didáticos do mundo⁵.

No Brasil da década de 1990, tamanho investimento governamental em livro didático advém da justificativa de que esse recurso pedagógico é importante para a busca da qualidade na educação básica. No Plano Decenal de Educação para Todos é afirmado que “O livro didático constitui um dos principais insumos da instituição escolar. Os aspectos referentes à sua política, economia, gerência e pedagogia são indissociáveis das demais características da questão educacional brasileira.” (MEC, 1993, p.25)

⁵ Galeano Amorim é brasileiro, e em 2006, consultor da OEI- Organização dos Estados Ibero-americanos.

Vale considerar que essa opção brasileira de política educacional, dos anos 1990, que privilegia o investimento em livros didáticos como uma das ferramentas para a melhoria da qualidade da educação pública, extrapola a questão nacional, na medida em que vários países da América Latina e do Caribe também contam com Programas de Distribuição de Livros Didáticos.

Tais Programas, em sua grande maioria, contam com financiamento internacional e caracterizam essa região como um atraente mercado para as editoras de didáticos, sendo que neste caso, chama a atenção a presença das editoras espanholas na região.

De acordo com Uribe (2006, p. 58), as editoras espanholas são as que têm maior presença em um maior número de países da América Latina e do Caribe, seguidas das editoras norte-americanas e poucas do México, da Colômbia e da Argentina. Há, também, algumas outras editoras européias que tem presença na região, sendo que o grupo alemão Bertelsmann, o grupo francês Lagardere e a inglesa Oxford University Press, dentre outras, são alguns exemplos das mais fortemente estabelecidas.

De qualquer forma, o autor aponta que das 33 editoras mais importantes da região, 17 são originárias da Espanha. A contrapartida não procede, isto é, poucas editoras latino-americanas têm presença na Espanha, e mesmo na própria região, a presença destas editoras não se equipara à das editoras espanholas.

Para termos uma idéia, México é o país que concentra o maior número de filiais de editoras de diferentes países, provavelmente por sua posição geográfica, por ser o segundo maior mercado da região, e por ter o espanhol como língua oficial. Uribe (2006) discrimina que há 28 editoras estrangeiras com sede no país, ao passo que também é o país com maior número de editoras nacionais com presença em outros países, visto que 5 editoras mexicanas têm filiais na América Latina e inclusive, algumas na Espanha (Fondo de Cultura Económica, Limusa, Diana, Alfaomega e Trillas).

Oceano, Santillana e Planeta são as editoras mais importantes da região da América Latina e do Caribe, todas de origem espanhola.

No ramo dos livros didáticos, o Grupo Prisa, maior grupo de comunicações da Espanha, por meio da Editora Santillana, é o que concentra maior número de filiais na América Latina e Caribe, tendo comprado a Editora Moderna, no Brasil, em 2001, e merece nossa atenção, devido à sua entrada consistente no Brasil, à liderança que tem na região, assim como pelas estratégias de marketing que se vale. Entre estas, chamam a



atenção ações que têm a formação de professores como alvo, e também as que legitimam para países da América Latina o Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA, que é uma avaliação internacional criada para os chamados países desenvolvidos .

Por hora, ressaltamos que a produção editorial na América Latina e Caribe é feita, basicamente, pela empresa privada. Exceto Chile e México, que editam seus próprios livros para as escolas públicas, ressaltando-se que no caso do México isto não é válido para a educação secundária, nos demais países da região, os livros são comprados das editoras privadas.

Schroeder (2005, p.85) discrimina que só 5 % das editoras na região são do setor público, sendo que se acrescêssemos a esta categoria as editoras vinculadas às universidades públicas e aos organismos internacionais, ainda assim esta porcentagem ficaria baixa, por volta de 8%. O autor observa que a Comisión Nacional del Texto Gratuito - Conalitec, do México, é uma importante exceção à afirmativa anterior, visto que este organismo público se encarrega da edição e impressão oficiais dos livros didáticos, que são distribuídos gratuitamente aos alunos da educação primária desse país.

Assim, podemos afirmar que a importância do segmento dos didáticos na circulação geral dos livros na América Latina e Caribe é resultante, em grande parte, dos Programas estatais, visto que os governos compram, regularmente, grandes volumes das editoras privadas.

Uribe (2003) ao trazer uma estimativa das cifras originárias do setor dos didáticos, tomando como fonte informações locais dos diferentes países da região, e considerando os valores gerados tanto pelas as compras governamentais (aqui, vale ressaltar que não se considerou os livros editados e distribuídos gratuitamente pelo governo mexicano), como também os originários por intermédio das instituições escolares privadas, nos possibilita ter uma perspectiva conjuntural das cifras que circulam em função dos livros didáticos nesta parte do continente.

Quadro 3**Estimativa de Mercado de livros didáticos na América Latina e Caribe (2001)**

Países	População (2000-2001)	(em milhões de dólares)	%
Argentina	36.260.130	110	10,3
Bolívia	8.274.325	8	0,7
Brasil	169.799.170	493	46
Chile	15.116.435	27,1	2,5
Colômbia	42.105.000	45,9	4,3
Costa Rica	3.810.179	10	0,9
Equador	12.156.608	15	1,4
El Salvador	6.756.786	6	0,6
Guatemala	11.237.195	6	0,6
Honduras	6.076.685	1	0,1
México	97.483.412	197,4	18,4
Nicaragua	5.071.671	1	0,1
Panamá	2.839.329	4	0,4
Paraguai	5.163.198	3	0,3
Peru	25.932.929	15	1,4
Porto Rico	3.808.610	80	7,5
R. Dominicana	8.562.541	6	0,6
Uruguai	3.241.003	3	0,3
Venezuela	24.920.902	40	3,7
Total	488.616.107	1.071	100

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora a partir de Uribe (2006); Moreno y Otero (2006) e IBGE (2000)

Lembremos que, em 2003, o segmento dos didáticos no Brasil representou 54% do faturamento global do mercado geral de livro no país, sendo esta cifra procedente, principalmente, das políticas públicas educacionais. De igual modo, essa relevância dos didáticos, pode ser estendida para a maioria dos países da América Latina e Caribe, e teria de ser estudada localmente, para ser mais bem dimensionada.

Podemos ter, porém, uma visão panorâmica por meio de Uribe (2003), que ao sintetizar as informações sobre o mercado de livros na América Latina e Caribe em 2001, verifica que o setor dos didáticos representou uma média de 48% das vendas do segmento dos livros, seguido de 25% das vendas obtidas pelos livros de interesse geral, 21% dos técnicos e científicos e 6% advindas da venda dos livros religiosos.

Deste modo, se considerarmos os valores resultantes da circulação de livros didáticos em 2001 (quadro 5.4), e prospectarmos os valores dos outros segmentos dos livros por meio da densidade demográfica da região, não é de se estranhar que América Latina e Caribe, na década anterior, tivessem, mais uma vez, assistido ao desembarque maciço dos espanhóis no continente, que souberam aproveitar as vantagens da quase



totalidade lingüística da região, para expandir o seu tradicional setor livreiro (entre empresas de outros setores), visto que, como já foi enfatizado, somente o Brasil não compartilha o espanhol como língua pátria.

Aqui, é necessário considerar que o setor editorial espanhol tem uma potente organização corporativa, que além de tudo, recebeu expressivo impulso governamental para a expansão de suas empresas nas décadas 1980 e 1990.

Merece especial atenção o fato de que o Brasil, apesar de representar o maior mercado da região, ter sido praticamente o último país em que o empresariado espanhol se estabeleceu, a partir de meados da década de 1990. No nosso entendimento, o rastro histórico da colonização justificaria este fato, dadas as diferenças culturais estabelecidas, principalmente no que tange à língua pátria, logicamente que temos de considerar, também, que projetos político-econômicos governamentais ainda não haviam favorecido tal ingresso.

As condições para superação dos entraves anteriormente mencionados foram construídas no governo de Fernando Henrique Cardoso. Não só por meio da implementação de uma política de abertura ao capital internacional, devidamente aproveitada pelos espanhóis, que entraram no país principalmente por meio das privatizações, ficando ao lado dos norte-americanos no que concerne aos investimentos estrangeiros no Brasil, como também porque, neste governo, criaram-se condições para a obrigatoriedade do ensino do espanhol no país. Assim, defendemos que o ingresso dos editores espanhóis no Brasil se daria em condições diferentes das que se aplicam à entrada desses empresários nos demais países da região, mas essa é uma questão muito ampla que merece ser vista de modo mais detalhado, que não cabe nesta oportunidade.

De qualquer forma, merece destaque que nos final da década 1990, grandes grupos editoriais espanhóis já estavam com presença consolidada na região da América Latina e Caribe, estando atentos para a vinculação entre circulação de livros didáticos x políticas públicas x financiamento internacional.

Melchor (2000, p. 111), assessor técnico do Instituto Español de Comercio Exterior - ICEX, na Embaixada da Espanha, em Washington, por ocasião do III Congresso dos Editores, expôs aos participantes do evento que parte considerável dos empréstimos feitos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para a América Latina tinham como destinação a Educação⁶.

⁶ O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instituição financeira regional criada em 1959 e sediada em Washington, objetiva contribuir para o progresso econômico e social da América Latina e do



Observou que a operacionalização desses empréstimos, depois de aprovados pela diretoria do Banco (aqui, ressaltou que no momento de sua explanação, o BID tinha como diretor o espanhol Álvaro Rengifo), passava a ser feita pela representação do Banco no país que recebera a concessão, uma vez que o BID tem, em todos os países devedores, representação com especialistas setoriais, que na sua ótica são os que melhor conhecem o desenvolvimento dos projetos, quais as datas mais próximas para licitações e se há algum problema para o seu desenvolvimento.

Melhor, explicou, então, que o BID se vale de uma agência executora para preparar os documentos de licitação, receber e analisar ofertas, e para dar andamento aos encaminhamentos para o desenvolvimento do processo. Assim, na preparação dos empréstimos, há consultores que auxiliam na definição dos Programas a serem desenvolvidos. Tais profissionais podem ser contratados com fundos administrativos do Banco, ou com fundos que os países disponibilizam para que contratem consultores de seus países.

Em face disso, expôs que o governo espanhol investe tanto no Banco Mundial, como no BID, por meio de um fundo para essa consultoria, ou seja, destinado para que essas agências internacionais contratem espanhóis para auxiliarem na preparação dos Programas objetos dos empréstimos. Especificou que para essa finalidade, no caso do Banco Mundial a Espanha tinha 3.000.000 de dólares na Corporação Financeira Internacional, 1.000.000 no World Bank Institute e outro de 3.000.000 no BID, sendo que estas quantias eram mais ou menos anuais, uma vez que são repostas quando esgotadas.

Solicitou, então, auxílio aos editores espanhóis, para a indicação de consultores, explicando que a presença destes profissionais no BID e BM resulta em vantagem competitiva dos editores espanhóis nos Programas de livro didáticos financiados aos governos da América Latina e Caribe, por intermédio do BM e do BID:

Seria, então, de muita utilidade que pudessem nos auxiliar a identificar uma lista de currículos de consultores espanhóis, para que possamos coloca-los à disposição do Banco para que possam ser contratados. Não resta dúvida, aqui, que se um consultor espanhol prepara o componente de livros didáticos, a

Caribe mediante a canalização de seu capital próprio, de recursos obtidos no mercado financeiro e de outros fundos sob sua administração para financiar o desenvolvimento nos países prestatários; complementar os investimentos privados; e prover assistência técnica para a preparação, financiamento e execução de projetos e programas de desenvolvimento. O BID conta hoje com 46 membros, entre países regionais e extra-regionais. (www.mre.gov.br)



empresa espanhola tem uma certa vantagem sobre se for preparado por um chileno, um norte-americano ou um italiano. (Melchor, 2000, p.112)'

Entre outras considerações, Melchor ressaltou a importância dada pelo BID e pelo Banco Mundial aos Projetos de livros didáticos na América Latina, reforçando o que já vimos anteriormente, na medida em que o BM considera, com base em estudos, que o investimento nestes insumos é mais rentável do que o investimento em salário de professores, ou na diminuição de número de alunos por sala, sendo que o BM tem interesse em apoiar Projetos que considerem esta perspectiva. Além disso, ressaltou que no caso de informações sobre *livros didáticos*, o ICEX conta com qualquer informação sobre projetos, licitações que se produza no mundo, tanto sobre os financiamentos do BID e do Banco Mundial, como também de outros Bancos Regionais, etc.

Dessa ótica, retomemos o que já afirmamos acerca de que a região da América Latina e Caribe está sendo considerada como mercado privilegiado para os editores de livros didáticos espanhóis, por diversos motivos.

O primeiro deles é que, na década de 1990, muitos destes editores já estão solidamente instalados na região.

Em segundo lugar, porque, efetivamente, a maior parte dos países da América Latina e Caribe conta com financiamento internacional, que privilegia Programas de Livros Didáticos abrangentes, visto terem como objetivo o atendimento de variados níveis de ensino da Educação Pública destes países.

Além disso, tais editores contam com potencial informações privilegiadas referentes à existência e direcionamento desses empréstimos, como pode ser observada na fala do assessor do ICEX.

Por fim, há sempre a possibilidade de uma intervenção efetiva no direcionamento dos empréstimos, se levarmos em conta, mais uma vez, o discurso do profissional do ICEX acerca dos fundos de investimento para a indicação de consultores espanhóis.

O amparo governamental para a expansão de seu empresariado, aliado à forte organização corporativa da indústria editorial espanhola, que nas últimas décadas do séc XX se instala de forma expressiva nos países da América Latina e do Caribe, estabelecem *um mercado ibero-americano do livro*, construído por instâncias que assumem diferentes papéis nesta conjuntura. Convém enfatizar que ao nos referirmos a *mercado ibero-americano*, estamos desconsiderando Portugal, que apesar de toda

vinculação histórica com o Brasil, não tem participação ativa nos processos aqui analisados, já que nem se encaixa no *bloco* dos países em desenvolvimento da América Latina e do Caribe, nem tem o protagonismo da Espanha, nos anos 1990, que passa a ser o país que, na Europa, faz a interlocução com a América Latina e Caribe, principalmente por intermédio de seu empresariado de vários segmentos⁷.

Ora, aqui temos uma dinâmica de relações muito ampla da economia e política do livro didático, recurso privilegiado de ensino-aprendizado da educação de todos os países do mundo, mas que assume importância ampliada nos países chamados “em desenvolvimento”.

Podemos constatar que, no período de 1998 a 2001, os maiores investidores no Brasil foram EUA e Espanha. Em relação aos EUA, uma política de continuidade, cuja supremacia passou a ser disputada com a surpreendente e dinâmica entrada da Espanha no país, adquirindo, nesse período, as principais empresas que foram privatizadas na telefonia e no segmento bancário. Este cenário estende-se para os países da América Latina e do Caribe.

Berchenko (2002) observa que “a região encontra-se na encruzilhada de influências: durante muito tempo, considerada *reserva* dos Estados Unidos, sublinha-se com toda a naturalidade o retorno vigoroso dos europeus no campo da diplomacia e comércio”.

Assim, a relação entre políticas governamentais para o livro escolar de vários países da América Latina e do Caribe, financiamento internacional e domínio dos editores espanhóis na região se configura como uma questão que merece especial atenção, neste início do séc. XXI, principalmente dos países menos favorecidos nessa trama, dadas as implicações para a cultura e educação desses países, desigualmente posicionados nesse amplo processo.

⁷ Gomes, Lourenço e Martinho (2005) discriminam que o mercado editorial português caracteriza-se fundamentalmente por ser pequeno e frágil, na medida em que nenhuma das editoras existentes assume notoriedade comparável à qualquer das editoras mais significativas da Europa. Ressaltam que só em meados do séc. XX, ao lado das empresas familiares, chegam os grandes grupos que trazem o fenômeno da concentração: Bertelsmann, Planeta e Ediclube são alguns exemplos da entrada de multinacionais no pequeno mercado nacional português. Além disso, há as limitações do mercado externo português, sobretudo nos países de língua oficial portuguesa, sendo que os autores fazem referências às limitações econômicas e instabilidade política dos países africanos de língua oficial portuguesa, mas não mencionam o Brasil. Por fim, os autores ainda salientam os fracos índices de leitura de Portugal, que é diminuta se comparada com outros países europeus. Apesar disso, em Schroeder (2006) podemos aferir que Portugal exporta (em pouca quantidade) livros para 58 países, muito em consequência da divulgação de seus autores. Para se ter uma dimensão comparativa, Espanha exporta livros para 142 países.



Referências bibliográficas

AMORIM, Galeano. Estado, sociedade e políticas do livro e da leitura no Brasil. In: Memórias do sexto congresso Iberoamericano de Editores, 2006, Madrid: FGEE - Federación de Gremios de Editores de España; GIE - Grupo Iberoamericano de editores. 2006. p.172-175.

BERCHENKO, Pablo. A política da União Européia e da Espanha no domínio da educação e da cultura na América Latina. In: TRINDADE, Hélios; BLANQUER, Jean-Michel (orgs). Os desafios da Educação na América Latina. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes. 2002. p.306-325

CASTAÑEDA, Rosa Luz Dávila. El libro en América Latina: Situación actual y políticas públicas. In: Portal Iberoamericano de Gestión Cultural, 2005. Disponível em: <<http://www.gestioncultural.org>>. Acesso em: 4 dez 2006

EARP, Fábio Sá; KORNIS, George. A economia da cadeia produtiva do livro. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

GOMES, Rui Telmo; LOURENÇO, Vanda, MARTINHO; Tereza Duarte. Um mercado de trabalho feminizado: oportunidades e constrangimentos profissionais na edição de livros em Portugal. Lisboa/Portugal: OAC – Observatório das Actividades Culturais, 2005.

GORINI, Ana Paula Fontenelle; BRANCO, Carlos Eduardo Castello. Panorama do setor editorial brasileiro. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, 2000.

MEC/INEP. Números da Educação no Brasil 2003. Brasília:MEC-INEP, 2005.

_____. Plano Decenal de Educação para todos. Brasília: MEC, 1993.

MELCHOR, Eduardo. Comércio exterior. El español como recurso exportable. In: III Congreso de Editores, 2000, Bilbao: FGEE - Federación de Gremios e Editores de España. 2000. p. 110-114.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco; OTERO, Jaime. Cartografía de la lengua española. In: Seminário Internacional em Sevilla - Valor econômico del español: una empresa multinacional Sevilla:Fundación Telefónica, 2006.

NADAL, Jordi, GARCÍA, Paco. Del valor intelectual al valor econômico, 2006. Disponível em: <<http://www.wikilearning.com>> Acesso em: 10 dez 2006

SAAB, William George Lopes; GIMENEZ, Luiz Carlos Perez; RIBEIRO, Rodrigo Martins. Cadeia de Comercialização de livros. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

SCHROEDER, Richard. Producción y comercio internacional del libro en America Latina 2003. Diagnóstico Estadístico. Bogotá: CERLALC/ Sier - Servicio de Información Estadística Regional. / UNESCO, 2005.



URIBE, Richard. Producción y comercio internacional del libro em América a 2003. Diagnóstico estadístico. Bogota: CERLALC, 2003.

_____. Programas, compras oficiales y dotación de textos escolares en América Latina. Bogota: CERLALC, 2006.